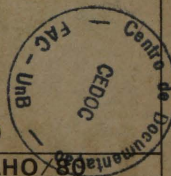


CAMPUS

UnB — DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO — JORNAL LABORATÓRIO



Nº 24

BRASÍLIA

JULHO 1983

Na cidade a luta pela vida e pela legalização

A luta pela própria sobrevivência obriga a diferentes alternativas para suprir as necessidades do homem e seus dependentes. Uma destas opções leva alguns milhares de ambulantes às ruas, aos passeios públicos, às saídas de cinemas e a todos os demais lugares que tenham uma clientela cotidiana, capaz de se sentir atraída pelas diversificadas mercadorias que espalham pela cidade. Desta forma, os vendedores buscam sua sobrevivência, pagando comida e aluguel, correndo dos fiscais e exigindo uma situação legal para o que assumiram como profissão.

Representação para Brasília pode dar certo

O Congresso Nacional deverá discutir ainda este ano uma nova proposta de emenda à Constituição para representação política no Distrito Federal. Embora as propostas anteriores sobre o assunto tenham sido vetadas ou arquivadas por decurso de prazo, espera-se que desta vez a representação política seja finalmente aprovada, tendo em vista que há uma mobilização de todos os partidos, inclusive do PDS.

A proposta, de autoria do Deputado Epitácio Cafeteira (PMDB-MA), prevê a eleição de senadores e deputados pelo Distrito Federal, na mesma proporção dos parlamentares eleitos em outros Estados, numa tentativa de legitimar as decisões do Congresso Nacional. Para o Deputado Alceu Colares (PDT-RS), "é inconcebível haver cidadãos excluídos do direito do voto, mesmo possuindo títulos de eleitor".

NOVO LONGA METRAGEM DE VLADIMIR DISCUTE A REVOLUÇÃO DE 1930

Vladimir Carvalho, fiel às suas origens, retorna às telas nacionais com um novo longa metragem. **Sem me rir, sem chorar** — título ainda provisório — discute em duas horas de projeção alguns anos da história recente do Brasil. Continuador da temática de "O País de São Saruê", este novo filme de Vladimir observa o homem e as terras nordestinas de outro ângulo: a revolução de 30, tendo à frente José Americo de Almeida, e sua proposta salvadora para o Nordeste.

A partir dos depoimentos de José Americo de

Almeida o filme aborda alguns episódios considerados quase desconhecidos na história brasileira: a insurreição em Princesa, Paraíba, quando Zé Pereira declarou a cidade território independente do Estado; a morte de João Dantas — o assassino de João Pessoa — que segundo a versão oficial suicidou-se e segundo a família foi assassinado por descendentes políticos de João Pessoa. O filme se propõe, segundo o próprio Vladimir, "a mostrar o comportamento da classe dominante através de um dos seus mais lídimos representantes". (Pág. 4).

ATENTOS À FISCALIZAÇÃO, OS AMBULANTES ESPERAM QUE SE LEGALIZEM SUA SITUAÇÃO



Atentos à fiscalização, os ambulantes esperam que se legalize sua situação.

Agora, UnB também vai divulgar música

Villa Lobos e Carlos Gomes. Eis a Música Erudita Brasileira para muitos. Alguns iniciados ainda conhecerão um Marlos Nobre, um Edino Krieger ..., enquanto a maioria dos compositores está relegada ao anonimato. Agora porém, após anos de glórias sem reconhecimento, o trabalho da maior parte de nossos músicos começa a ganhar espaço pelas mãos do Maestro Cláudio Santoro que fará publicações de discos e partituras pela Editora da Universidade de Brasília.

A idéia do lançamento da coleção de discos e das edições de partituras surgiu de uma conversa informal entre o professor Santoro, Maestro da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional, e o Reitor Azevedo. Consciente do desinteresse comercial dos programas, Santoro acolheu com grande entusiasmo a sugestão do Reitor para a participação e liderança da Editora da UnB na publicação das obras de autores nacionais que não têm editora e gravadora.

ÂMBITO NACIONAL

Através de carta circular distribuída pela Associação de Música Contemporânea fez-se convite a todos os compositores brasileiros de música erudita. O resultado deste primeiro convite, porém, foi desanimador. Apenas 10 partituras foram enviadas para publicação.

Segundo Santoro, o já histórico descaso dos órgãos oficiais e o fracasso de tentativas anteriores teriam sido a causa do pequeno número de trabalhos enviados: o compositor não acredita mais nesses programas. Acrescenta o maestro que a própria FUNARTE, desde sua criação, vem prometendo gravar 100 discos e patrocinar a edição maciça de partituras e, no entanto, nada fez.

Homossexuais levarão seu protesto ao Papa

"Os atos homossexuais continuarão proibidos pela Igreja Católica, assim como o divórcio, o sexo extramarital, o aborto e o casamento para padres".

Estas declarações do Papa João Paulo II proferidas o ano passado — mais exatamente, no dia 5 de outubro — em Chicago, Estados Unidos, amplamente divulgadas pela imprensa internacional na ocasião, levaram o grupo "Fuori" de ativistas homossexuais de Turim, Itália, a entrarem na justiça com um processo contra a Igreja Católica por injúria e difamação. Mas a repercussão da fala de Sua Santidade não parou aí. Grupos de ativistas homossexuais de algumas capitais brasileiras (Rio, São Paulo e Brasília) estão preparando protestos contra estas mesmas declarações através de cartas que serão entregues a João Paulo II durante sua visita a estas cidades a partir do dia 30 de junho.

"No momento em que até a Sociedade Internacional de Psicanálise já re-

A confiança de Santoro, contudo, não se abalou. Certo de que essa situação não poderia ser revertida de um momento para o outro, o maestro acredita que com a manutenção do esforço e com o tempo aparecerão resultados mais expressivos.

ITAMARATY

Para o Maestro Santoro o trabalho apenas se inicia e a seu favor contam importantes fatores, sustentados pela manutenção e empenho da Universidade. Em primeiro lugar, a compra pelo Itamaraty e pela FUNARTE de grande parte das edições garantirá a viabilidade econômica do projeto. A compra ainda não foi confirmada oficialmente, porém Santoro tem mantido contatos diretos com a Fundação Cultural do Itamaraty e sabe-se que o interesse neste trabalho é grande. Sobre tudo porque o próprio Itamaraty já quis editar obras brasileiras para divulgação no exterior.

As partituras serão editadas na forma originalmente escrita pelo autor, barateando assim a edição. O custo das coleções de discos também serão reduzidos, já que as gravações deverão ser feitas no estúdio de música do Maestro Santoro. Como o custo industrial das cópias representa apenas 10% do preço de venda de um disco, as aquisições da FUNARTE e do Itamaraty, ao preço comercial, pagarão a prensagem dos discos — que será feita em São Paulo por uma gravadora comercial — e proverão os recursos necessários à manutenção do programa.

SELEÇÃO

Outro fator importante neste projeto é o critério de seleção das obras. Segundo Santoro, não há seleção do ponto de vista estético. Obras de qualidade,

de qualquer tendência artística — seja nacionalista ou de ultra vanguarda — serão editadas. Com isso será possível demonstrar a isenção do programa, reduzindo as resistências dos compositores num "jogo de cartas marcadas".

A intenção principal de Santoro ao lançar a idéia no Simpósio Nacional de Compositores, realizado ano passado em Brasília, é mostrar um panorama do que se compõe no país. Além disso, dar oportunidade aos compositores brasileiros, pois as gravadoras e editoras não se interessam pela Música Erudita Brasileira:

— As editoras e gravadoras não têm nenhum interesse por música erudita. As gravadoras, quase todas multinacionais, estão interessadas em vender um produto, em geral um subproduto porque mesmo a boa música popular não tem vez, explica Santoro.

SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Com resultado da primeira convocação, três das dez partituras recebidas já foram editadas, estando as demais no prelo. "A promessa foi cumprida, e muito bem cumprida, pois as edições estão saindo muito bonitas", argumenta Santoro.

Uma segunda convocação de âmbito nacional será em breve lançada pela Associação de Música Contemporânea e, com a promessa cumprida, certamente a participação deverá ser bem maior. Santoro enfatiza a necessidade dos compositores enviarem suas obras, pois as editoras dificilmente se interessariam por publicá-las, uma vez que não têm uma comercialização muito rápida.

Inicialmente só serão gravados conjuntos de câmara, já que o estúdio da Universidade não comporta muitos músicos. A primeira série das coleções de discos ainda não tem data marcada para lança-

mento no mercado, pois as gravações ainda estão em fase embrionária, dependendo da liberação de verbas para compra de rolos de fita magnética. A previsão de Santoro é que cada coleção conterá 10 discos e as obras serão as mais variadas, instrumental e vocal.

As partituras já estão em fase de comercialização e a tiragem inicial será de 500 exemplares. No momento só serão editadas obras de compositores vivos, porém, no futuro, poderão ser publicadas obras da época barroca, partituras do tempo do império e obras românticas.

TRABALHO PIONEIRO

A edição de obras de música erudita pode ser considerada um trabalho pioneiro, pois, no Brasil, muito pouco ou quase nada se faz pela música erudita nacional. A idéia do Maestro Santoro já influenciou inclusive outras Universidades: a USP já pensa em fazer edições de partituras e a Federal da Bahia editou algumas obras de compositores baianos.

Satisfeito com seu trabalho, Santoro está animado ante a perspectiva de outras Universidades se interessarem pela música brasileira e, assim, em breve muito da obra brasileira estará editada. Mas editar para quem? Não se ouve sempre que o povo não gosta ou não escuta música erudita? Que não há mercado? Santoro não concorda e sentenciar:

— Mercado existe. A procura é muito grande. Tem muita gente interessada em música erudita. Esses dois projetos — edição e gravação — foram fundamentais: se não há gravação a música não é conhecida; se não tem a música impressa ela não pode ser tocada. As duas se completam. Se a música passa a ser conhecida, ela passa a ser procurada para ser tocada. E assim chega ao grande público.

Itamaraty quer modificar aposentadoria de diplomata

Embora não faça alarde, o Itamaraty já tem preparadas pelo menos cinco alternativas visando solucionar o problema criado pela lei que fixou a aposentadoria dos embaixadores nos setenta anos, bloqueando assim a ascensão dos demais diplomatas.

Várias hipóteses foram levantadas, destacando-se as seguintes: aposentadoria dos embaixadores aos 67 anos; à semelhança das Forças Armadas, criação da "expulsória" (os embaixadores só poderiam permanecer no cargo durante um período determinado de anos); aos 65 anos, os embaixadores passariam para um quadro suplementar, onde ficariam até os 70 anos, trabalhando como conselheiros para a política externa; passagem para o quadro suplementar aos 65 anos, permanecendo, contudo, apenas até os 67; e a volta do antigo status quo, ou seja, aposentadoria dos embaixadores aos 65 anos.

Aumentando em cinco anos as atividades de um embaixador, a atual lei causou um grande descontentamento entre os diplomatas, principalmente entre aqueles que estão no início da carreira. Isso porque "vai impedi-los de progredir funcionalmente por um longo período, uma vez que o número de vagas é limitado.

As promoções que seriam feitas em decorrência da aposentadoria dos embaixadores aos 65 anos não mais ocorrerão, em virtude da falta de vagas. Na verdade, no 2º semestre de 1980 ainda teremos promoções, o que provocará uma mexida em todo o quadro diplomático. Desde já, cerca de 650 diplomatas disputam as duas vagas para embaixadores, 4 para ministro de 2ª classe, 8 para conselheiros, 8 para 1º secretário e 8 para 2º secretário.

A partir de 1981, porém, não mais existirão vagas e dessa forma os diplomatas só ascenderão de posição no caso de um superior agregar-se ou, então, falecer. Mais, até o fim de seu mandato, Ramiro Saraiva Guerreiro, ministro das Relações Exteriores, não terá quem promover.

A lei que está em vigor, segundo corre nos meios diplomáticos, tem a autoria atribuída ao ex-chanceler Azeredo da Silveira, um de seus beneficiários. E, mesmo estando em Washington, Silveirinha detém enorme poder no Itamaraty, o que faz com que não se exclua a hipótese de a lei não sofrer qualquer alteração. Neste caso, espera-se para o próximo ano um grande número de pedidos de agregação, o que virá desfalcado o já reduzido quadro de diplomatas, especialmente agora quando o Brasil está expandindo suas relações comerciais pelo mundo.

Voto para DF tem nova proposta

Sabendo das causas que levaram a não aprovação de propostas sobre representação política já apresentadas — a de que Brasília não comporta uma representação política por ser o centro administrativo do país, além de que a existência de uma Assembléia Legislativa desvirtuaria o plano urbanístico da cidade —, o deputado Epitácio Cafeteira (PMDB-MA), 2º Secretário da Câmara dos Deputados, apresentou ao Congresso uma proposta de emenda à Constituição com uma nova forma de tratar o assunto, a fim de que seja finalmente aprovado um dispositivo legal que dê representantes para Brasília no Congresso Nacional.

A proposta, que deverá ser lida ainda este ano, consiste na eleição pelo Distrito Federal de senadores e deputados que irão representar os brasilienses nas decisões nacionais. Além disso, estes deputados e senadores comporão uma comissão mista permanente que cuidará dos problemas da cidade, seguindo os moldes da comissão que já existe no Senado.

Deste modo, procurou-se evitar, como disse o Deputado Cafeteira, "que a proposta não tivesse qualquer argumento contrário, como o da criação de uma Assembléia Legislativa, que teria como função principal planejar a cidade que já é planejada".

Além do argumento de que instituída a Assembléia Legislativa desvirtuaria o plano urbanístico da cidade transformando-a num cataclisma, existe o de

que Brasília, criada nos moldes de Washington, deveria ser unicamente um centro político-administrativo do país, não tendo, por esse motivo, representação política. No entanto, mesmo em Washington, como informou o Deputado Alceu Colares, líder do PDT na Câmara, "já foi reconhecido o erro da falta de uma representação política para a cidade, agora já representada no Congresso Nacional dos Estados Unidos, embora com algumas restrições".

Esta proposta do Deputado Cafeteira é a única atualmente sobre representação política à espera de ser lida, pois as outras já apresentadas ou foram vetadas ou arquivadas por decurso de prazo.

No entanto, outros parlamentares estão também se preocupando com uma representação política para o Distrito Federal, como é o caso de alguns membros do PDT que estão no momento recolhendo assinaturas para uma proposta de sua autoria. Mas, como disse o Deputado Alceu Colares, "não importa qual proposta será aprovada, mas sim a concepção filosófica que deve ser adotada: a da representação política para o Distrito Federal".

Como acontece nas capitais de outros Estados brasileiros, é de se esperar que os eleitores de Brasília tenham preferência por partidos da oposição. Apesar disso, o Deputado Edison Lobão, vice-líder do PDS, partido majoritário, e, portanto, peça fundamental para a aprovação de qualquer projeto, afirmou "que, apesar de o partido ainda não ter se reunido

para tomar posição a respeito de uma representação política para Brasília, existe um consenso da necessidade de haver representantes da cidade para o Senado e a Câmara".

Por outro lado, para o Deputado Alceu Colares, "dos partidos de oposição, o PDT deverá receber o maior número de votos por causa das próprias características deste eleitorado, composto na sua maioria pela classe média trabalhadora, isto é, por funcionários públicos, trabalhadores da construção civil, comerciantes, e uma pequena parcela de pequenos e médios agricultores".

Apesar desta tendência partidária do eleitorado brasiliense, Alceu Colares acha "que o problema da representação política é antes um assunto de interesse da Nação que uma preocupação partidária, pois não é concebível haver cidadãos excluídos do direito de participar através do voto da vontade nacional".

Entretanto, segundo o Deputado Cafeteira, "para a aprovação da proposta é fundamental que este eleitorado se manifeste, mostrando a sua vontade de participar da vida política do país". Mas quanto a isso o Sr. Roosevelt Dias Beltrão, presidente da Associação dos Lojistas do Conjunto Nacional, e membro de outras entidades representativas da sociedade, afirmou "que já vêm-se tentando esclarecer a população da necessidade de uma representação política, através de palestras em escolas e associações comunitárias, além de já terem o apoio de vários parlamentares".

Para o Sr. Roosevelt, a representação política é importante porque o povo de Brasília precisa de alguém junto ao Governo que fale pelos seus interesses, levando seus reclames mais perto das fontes de decisão".

Por outro lado, como informou o Deputado Alceu Colares, "a falta de uma representação política restringe o direito de cidadania dos brasilienses, reduzindo a sua capacidade de participação nas decisões do Governo Federal, pois o eleitor, apesar de possuir o título, não pode exercer a atividade política".

No entanto para o Deputado Cafeteira, "a necessidade de uma representação política para Brasília está na tentativa de legitimar as decisões do Congresso, pois as decisões tomadas em nome do povo só serão legitimadas se todo este povo estiver representado".

Ao lado dos políticos e entidades de classe, outros grupos vêm se movimentando e defendendo com interesse a representação política, como é o caso da OAB, alguns sindicatos, jornalistas e empresas de comunicação de massa de Brasília. Mas, como disse Sebastião Nery no Seminário Brasília 20 Anos, "para que uma proposta de representação política tenha mais força no Congresso Nacional, é preciso que estes grupos se unam numa grande campanha a fim de torná-la realidade".

NELIA SILVIA MARQUEZ DE OLIVEIRA

Anísio de Souza diz que oposição também quer adiar eleições

Os políticos oposicionistas são terminantemente contra a prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos e vereadores dos municípios. O deputado Anísio de Souza (PDS-GO), entretanto, justifica sua emenda constitucional que defende o adiamento das eleições municipais dizendo que os deputados da oposição não querem, simplesmente, admitir publicamente que desejam este adiamento.

Segundo Anísio de Souza, os oposicionistas "já aprenderam a tirar o bolo do forno com a mão do governo". E lembra que na época da queda do 447 e do 288 (que a oposição julgava resquícios da ditadura militar) só

o PDS é que votou. O mesmo aconteceu com a revogação do AI-5, que também não contou com os votos oposicionistas.

Até o fim deste mês será votada, no Congresso Nacional, a emenda de Anísio de Souza, adiando as eleições municipais que estavam previstas pela Constituição para novembro deste ano. Para o deputado, esta emenda não é uma confissão de temer eleições. Pelo contrário, ela visa fazer com que não haja um pleito que traga uma lesão ao processo constitucional, político e de abertura do Presidente Figueiredo.

Para justificar sua emenda,

Anísio de Souza lembra os dois prazos indispensáveis para os candidatos às eleições: o da filiação que já se estrangulou no dia 15 de maio e o da inscrição, que se esgota no dia 5 de agosto, 100 dias antes do pleito.

Anísio de Souza admite que os deputados e senadores não foram eleitos para prorrogar mandatos de ninguém, mas — naturalmente — foi criado o impasse entre a realidade da lei partidária e a da lei eleitoral. E é exatamente este impasse que lhe dá a certeza plena de que sua emenda será aprovada, quando de sua votação. Principalmente porque — segundo o deputado

— a maioria da oposição também quer o adiamento das eleições.

Desta forma, Anísio de Souza garante que esta medida de prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos e vereadores é tomada em favor da própria abertura, pois o governo, segundo ele, está preparado para as eleições, assim como para os tumultos e greves que possam surgir.

Entretanto, mais do que isso, esta medida por certo garantirá, também, a próxima candidatura do próprio deputado Anísio de Souza.

CARLA PATRÍCIA NOGUEIRA

Zé Americo revive os anos 30 em

mas também a de um homem que tentou de fato resolver o problema nordestino.

"Zé Americo resume na sua atuação, tanto como homem de letras militante — Bagaceira foi definida à época como um grito de reforma agrária — como político, a proposta salvadora do Nordeste. Ele, bem ou mal, com ou sem contradição, encarna a luta do nordestino para se libertar. Ele como liberal, um homem que militou na UDN reflete em si, na sua atuação, a própria contradição do sistema. Acho isso muito rico, pois a partir da contradição passamos a conhecer melhor a realidade. A realidade se projeta nas suas contradições.

Sem me rir, sem chorar pode ser dividido em três planos: no primeiro, José Americo passeia pela praia de Tambá; no segundo, que se alterna com o primeiro, Zé Americo "bate um papo" com jornalistas no alpendre de sua casa; e no terceiro, se expõem certas contradições nos depoimentos de seus inimigos.

Embora neste novo longa metragem de Vladimir o problema do homem e das terras nordestinas sejam abordados, o contexto do filme é mais abrangente. "É uma tentativa — diz Vladimir — de mostrar o comportamento da classe dominante através de um dos seus mais lídicos representantes: José Americo de Almeida". Em Sem me rir, sem chorar a miserabilidade da região nordestina é retomada de maneira indireta, porém clara e objetivamente. No filme há uma crítica ao pensamento de que o clima é o principal detonador da miséria no Nordeste.

Neste filme há uma crítica no sentido de que o problema do Nordeste não é exatamente de clima. É um problema de distribuição ou redistribuição de renda através de reformas; que não é só a reforma agrária, mas também a reforma urbana. Com a reforma agrária o povo tem a terra para trabalhar e aumenta seu poder aquisitivo. Em 30 abriu-se um leque de reformas, a reconstrução da nação, mas não nos moldes da classe dominante e sim em consonância com os interesses do povo. No filme este enfoque se dirige para a frustração que foram essas propostas, ou pelo menos essas iniciativas de 1930, principalmente tendo à frente José Americo de Almeida.

Vladimir, após dois anos de pesquisa e alguns meses de filmagens, conseguiu reunir em duas horas de projeção alguns anos da história brasileira, documentando no seu melhor estilo fatos quase desconhecidos da nossa história recente, como é o episódio da tomada de Princesa por Zé Pereira, imortalizado no baile "Paraliba" de Luiz Gonzaga. Além da incursão no passado, Vladimir abre a discussão sobre o Nordeste e seus grandes oligarcas. Sem me rir, sem chorar certamente será um marco no cinema nacional, não só por discutir a nível nacional nossa história, mas sobretudo porque retrata em depoimentos de grande valor histórico os últimos dias de um homem que por sua atuação é a própria história brasileira.

INGRID ROCHA

A União

ORGÃO OFICIAL DO ESTADO

DIRECTOR INTERINO:
DR. OSIAS GOMES
ANNO XXXIX

JOÃO PESSOA — Domingo, 5 de outubro de 1930

Dir. do plantão, hoje, a phar-
cia Brasil, rua Maciel Pinheiro, 187

ORIENTE:

MARDOQUEO NACRE

NUMERO 230

Triumphante a revolução na Parahyba

Pormenores do grande movimento -- Uma carta do coronel Juarez Tavora ao dr. José Americo de Almeida -- O novo chefe do Governo Revolucionario -- A solennidade da posse -- A nomeação do dr. Irenêo Joffily para secretario da Segurança Publica
O entusiasmo do povo — Outras notas

Na madrugada de ante-hontem rebentou em diversos pontos do paiz o movimento revolucionario que se constituiu uma fatalidade consequente do estado a que chegara a Nação Brasileira, sacudida em seus justos anseios por libertar-se de uma politica nefasta e de todo ponto abusiva pela prepotencia do sr. Washington Luis.

O movimento assumiu para logo impressionante aspecto, dando-lhe proporções de definitiva victoria. E nem podia ser de outro modo, dada a patriótica finalidade que encerra e o valor das figuras que nelle se empenhavam possuidas do maior idealismo e do mais candente entusiasmo para a redempção de uma patria que se afogava na compressão, no desrespeito aos direitos alheios, no esbulho das eleições, no attentado á autonomia dos Estados, culminando no barbaro assassinio do grande presidente João Pessoa.

Nesse ambiente faccioso criado pelo capricho de um chefe de governo que se tornou, elle proprio, o chefe ostensivo de uma candidatura repellido pelo povo, só poderia medrar essa revolta legitima, insopitavel, que está a dominar o paiz inteiro, honrando e enaltecendo o civismo e a bravura da nossa gente.

O espirito revolucionario, a que se ligara Minas e Rio Grande do Sul, num pacto de combate aos desmandos do poder central, não deixaria de arrastar a Parahyba, naquella hora governada por uma menfaldade tradicionalmente democratica.

Nem a Parahyba, nem o presidente João Pessoa, poderiam emudecer, ficando indifferentes aos principios programmaticos da Aliança Liberal.

Mas, se esses postulados não foram respeitados, estremando-se o sr. presidente da Republica em rasgar a Constituição, mentindo aos seus compromissos, de respeitar o comeseinho direito do voto, só a revolução seria capaz de reintegrar o Brasil nos principios republicanos.

Compreendeu bem isso o brilhante espirito de Juarez Tavora, moçidade voltada para os interesses superiores da patria, nua e crua, radiosa de constante pregação e acção constructora.

Foi a sua vez de commando que moveu centenas de patriotas, illuminados pelo desejo de renovação e acção, em uma noite de outubro.

E a esta, o seu exemplo de braçador civico, foi o animo de nobre rebeldia, o povo brasileiro, está como pre-
re-
sol-
Per-

nambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Planhy e outros Estados, salvando a honra e a dignidade do paiz.

Victoriosa a revolução na Parahyba, triumpharam, mais uma vez, os ensinamentos do malgrado presidente João Pessoa, cuja personalidade neste momento de reivindicações evocamos com a maior saudade e a maior veneração.



Dr. José Americo de Almeida, chefe do governo revolucionario na Parahyba

COMO SE DEU O LEVANTE

A uma hora da madrugada de hontem a nossa população despertava com delonacões repetidas e demandas em direcção ao bairro Cruz de Armas, onde se achava localizado o quartel do 22º Batalhão de Caçadores.

Logo depois verificou-se ter irrompido, alli, um movimento revolucionario, que pelas suas notaveis proporções não lograra ser abafado. Pelo contrario, mais se engrandava, pela adhesão quasi unanime dos soldados e officiaes pertencentes ás unidades aqui aquarteladas.

Por sua vez, também, accorria ás proximidades daquelles edificio grande massa popular confederando com o exercito e com a policia que já havia acompanhado o referido movimento.

Dominados os poucos elementos que ficaram fieis á politica reaccionaria do presidente da Republica, para logo se apresentou á cidade um espectáculo inedito e empolgante. Grupos e mais grupos de ca-

individualidades de homem publico da actualidade brasileira.

A solennidade teve lugar ás 15 horas, no Palacio do Governo da cidade de João Pessoa, tendo comparecido aquelles federaes, estaduais, municipais, deputados, officiaes do exercito e da policia, advogados, industriaes, commerciantes e grande massa popular.

Falou em primeiro lugar o coronel Juarez Tavora, dando posse ao dr. José Americo.

Usou da palavra, em seguida, o novo chefe do governo, que disse haver se trancado na sua grande dor depois da morte do presidente João Pessoa, evitando falar em publico. Referiu-se á politica central, tendo phrases candidas sobre a acção do presidente da Republica, de quem verberou os erros e o desmarcamento do absolutismo. Estadou o presidente João Pessoa como revolucionario, mostrando que o grande sacrificado tinha a revolta constante contra os desmandos dos conspiradores de regimem.

É impossivel dar um resumo do notavel discurso do illustre homem publico que recebeu as mais entusiasticas acclamações. Ainda falou o coronel Juarez Tavora, que pronunciou uma oração brilhante e concisiva, interrompida sempre pelos applausos dos presentes.

Nesse discurso o coronel Juarez Tavora aconselhou ao povo calma e respeito ao adversario vencido, considerando uma humilhação offender o seu movimento em que elle não podia defender-se. Evocou para o caso o seu proprio exemplo, alientando que o orador já se achava nas mesmas condições.

A oração do distinguido militar impressionou vivamente a quantos o ouviram.

Após a cerimonia da posse o dr. José Americo de Almeida e o coronel Juarez Tavora foram ambos muito applaudidos.

O povo continua até hontem á noite a aglomerar-se nas ruas da cidade, principalmente em frente á esta redacção, aquiescendo

(Continúa na 3ª pagina)

valhetos da nossa melhor sociedade, de soldados e officiaes da milicia parahybana, de senhores e senhoras, percorriam as principaes ruas levantando vivas á revolução triumphante, á memoria do presidente João Pessoa e ao Exercito Brasileiro.

A sirene desta folha tocou pela primeira vez, depois do assassinio do malgrado presidente parahybano, durante todo periodo de tempo, annunciando a victoria do grande feito.

Tomaram parte na revolução o 22º B. C., as companhias do 24 e 25 B. C., estacionadas no edificio dos Correios e Telegraphos e a companhia do 28 B. C., acantonada no quartel federal.

No interior, levantou-se a companhia do 21º B. C. aquartelada na cidade de Campina Grande. O 20º B. C., em Santa Luzia, e o 23º B. C., em Souza, também tomaram parte no levante.

Intimado a render-se o aviso de guerra "Maniz Freire", surto na bacia do Sanhauá, depois de algumas negociações, adheriu ao movimento. Acompanharam o movimento. Acompanharam o movimento. Acompanharam o movimento.

Não houve nenhum attentado á propriedade nem ás pessoas dos politicos perreptistas, garantidas pelas forças que acabavam de triumphar.

A POSSE DO NOVO GOVERNO

Para chefe do governo revolucionario da Parahyba, o coronel Juarez Tavora nomeou o dr. José Americo de Almeida secretario da Segurança Publica, e uma das

Sem me rir sem chorar

Na próxima primavera um novo filme de Vladimir Carvalho chegará às telas nacionais. *Sem me rir, sem chorar* — título ainda provisório — virá portanto ao final do primeiro de mais sete anos de seca prevista para a região nordestina. Continuador da temática de "O País de São Saruê", este novo filme observa o homem e as terras nordestinas de outro ângulo: a revolução de 1930 — tendo à frente José Americo de Almeida — e sua proposta salvadora para o Nordeste, com a construção de açudes e represas.

Sem me rir, sem chorar surgiu da necessidade do cineasta reiterar a denúncia social de "O País de São Saruê". Sobre tudo porque quando Vladimir começou este novo filme sobre a saga nordestina, Saruê não sonhava que a propalada abertura do Governo Figueiredo o desenterraria de uma lista de filmes, livros e peças proibidas pela Censura Federal. Com a liberação de São Saruê metade do caminho já estava desmatado para *Sem me rir, sem chorar*.

O primeiro longa metragem de Vladimir ganhou as telas nacionais em 79, com ele a denúncia de que o Nordeste dos cartões postais, só existe mesmo nos cartões postais. Agora, em 80, *Sem me rir, sem chorar* retoma a discussão do homem e das terras nordestinas através de depoimentos de José Americo de Almeida — personagem central do filme — e seus tradicionais inimigos.

Se "O País de São Saruê" retrata a tragédia nordestina através da comunidade refletindo o homem, em *Sem me rir, sem chorar* Vladimir percorre o caminho inverso:

— Em *Sem me rir, sem chorar* eu apenas inverti. Busquei uma personalidade que refletisse toda a problemática do Nordeste. Um homem que por sua atuação política e até por sua participação marcante na literatura brasileira, fundando o romance social nordestino com "A Bagaceira" — que é José Americo de Almeida — projetasse os valores da sociedade nordestina; os anseios do homem nordestino.

Considerado um dos chefes civis da Revolução de 30, Ministro de Viação e Obras Públicas (em 30 e 51) do Governo Getúlio Vargas, José Americo de Almeida, falecido há pouco mais de três meses, é o "personagem gancho" para a discussão do problema nordestino em *Sem me rir, sem chorar*. A partir de seus depoimentos o filme discute a história recente do Brasil: aborda a Revolução de 30, a insurreição em Princesa, Paraíba, quando Zé Pereira declarou a cidade território independente do Estado, a briga dos coronéis do alto sertão paraibano, o assassinato de João Pessoa, entre muitos episódios que são relatados no decorrer de duas horas de projeção.

Vladimir ao escolher José Americo de Almeida para figura central do filme buscou não só a voz da classe dominante,

Vladimir, fiel a sua origem

Vladimir Carvalho é o próprio cinema documentário. Um homem e profissional com uma preocupação e paixão únicas: o Nordeste e sua gente. Paraibano de Itabaiana, Vladimir em sua extensa obra filmográfica já fez inúmeros filmes de grande valor cultural e histórico, retratando com fidelidade muito do Brasil e sua história recente.

Considerado o verdadeiro iniciador do cinema documentário no Brasil, Vladimir Carvalho conquistou em seus 20 anos de dedicação ao cinema nacional muitos prêmios: Troféu Humberto Mauro para melhor filme com "Inelência para um trem de ferro" (1972), "Vila Boa de Goyaz" (1975) e "Vestibular 70", a Margarida de Prata com a "Pedra da Riqueza" (1976), entre outros.

Com 45 anos, Vladimir, ao longo de sete anos de trabalho na Universidade de Brasília, lecionando Cinema no Departamento de Comunicação Social, muito tem contribuído para o crescimento do cinema nacional seja através de suas aulas ou de seus filmes.

Jornalista no Nordeste e no Rio de Janeiro, o autor de "O País de São Saruê", proibido pela Censura Federal durante nove anos, segue calma e criteriosamente sua proposta de trabalho: "o homem humilde como principal protagonista, o grande ator natural de quem ainda não se exauriu a força interior e a resistência".

Zé Americo: no limiar dos 100

Homem forte em 1930, quando explodiu a Revolução de 30, José Americo de Almeida seria o seu chefe civil no Norte e no Nordeste, enquanto Juarez Távora era o grande comandante das tropas sublevadas.

Ministro de Vargas depois do movimento vitorioso José Americo de Almeida empreendeu no Ministério da Viação e Obras Públicas uma verdadeira cruzada contra as secas do Nordeste, abrindo frentes de trabalho e construindo açudes e represas para resgatar o povo daquela calamidade que foi a célebre seca de 32.

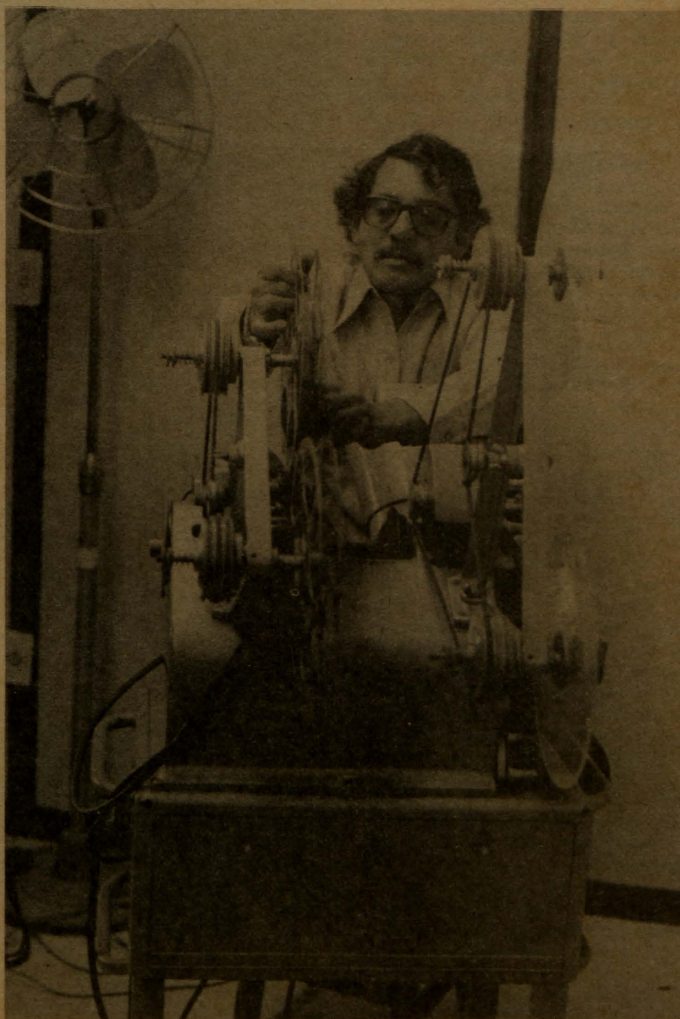
Fora do Governo em 1934, tentaria concorrer à presidência em 37, mas Getúlio, querendo se eternizar no poder, manobrou para que não houvesse eleições. Zé Americo foi para as ruas e seus comícios e

sua oratória inflamada marcaram uma época. No entanto, o golpe de 37 frustrou inteiramente os sonhos dos que o acompanhavam. Vargas permaneceria, agora à frente de um novo regime de exceção.

Em 1945 concedeu a Carlos Lacerda a famosa entrevista contra a ditadura Vargas tida como peça principal na derrubada de Getúlio. Até o fim dos seus dias — morreu aos 93 anos — lúcido e experiente, era ouvido nas questões culturais e políticas.

FICHA TÉCNICA

Fotografia e Câmera — Wlader Carvalho;
Pesquisa, roteiro e direção — Vladimir Carvalho;
Montagem — Ricardo Miranda;
Música — J. Lins, de Banda de Música (época de 30) e do folclore nordestino e
Produção — Embrafilme.



NAS RUAS A ÚNICA SC

Trinta por cento da população brasileira economicamente ativa desenvolvem atividade profissional não legalizada. Só no Distrito Federal é estimado um total de 150 mil pessoas trabalhando nestas condições. Estes números bastariam para indicar a relevância social, política e econômica que os vendedores ambulantes assumiram, ao encontrarem nesta "profissão" a única maneira de sustentar suas famílias, pagar o aluguel do barraco e cobrir todos os gastos que a vida de hoje acarreta.

Assim, eles se espalham pelo Plano Piloto e pelas cidades satélites. Tempos atrás, fixavam-se pela cidade somente em dias de festa, como Natal, dia dos namorados, das crianças, Páscoa etc. Agora, diariamente apregoam suas mercadorias, oferecendo desde frutas, doces e pipocas até os artigos industrializados ou confecções próprias, escolhendo sempre locais onde haja um maior fluxo de consumidores, como a plataforma superior da Rodoviária. As pessoas, encontrando tudo muito caro nas lojas, recorrem aos produtos da rua; os comerciantes, sentindo-se prejudicados, reclamam à Secretaria de Finanças, que, por sua vez, envia fiscais ao local — "mas não tanto como devia", segundo os lojistas, já que a própria Secretaria tem suas limitações de recursos e de pessoal.

REGULARIZAÇÃO

Comerciantes de um lado, consumidores do outro e, centralizando a questão, os vendedores ambulantes, gerando um problema, acima de tudo, social. Para eles, tudo se resolveria com a regularização da profissão, comprovada com a carteira profissional e com a fixação de pontos de venda, liberados para cada um.

Mas, segundo Fábio Teixeira Alves, Diretor da Divisão de Fiscalização da Secretaria de Finanças, não há solução para o problema dos ambulantes. A legislação vigente no Distrito Federal não permite a regularização da profissão, por uma questão de estética urbana.

— Eles enfeiam a cidade, tornando a passagem dos pedestres suja e cheia de restos das mercadorias. A Secretaria de Finanças não tem nenhum interesse financeiro em relação aos ambulantes. Este problema nem deveria estar afeto a esta Secretaria. Em outras cidades, isto fica por conta da Fiscalização de Posturas, que cuida de tudo que diz respeito a logradouros públicos, mas como aqui este serviço não funciona direito, o problema ficou sob nosso encargo. Nossa única finalidade é preservar a limpeza e a beleza da cidade, facilitando o trânsito da população, já que os vendedores se localizam sempre nos locais por onde passa mais gente, explica Fábio Alves.

"Além disto", continua o diretor da Divisão de Fiscalização, "esta aglomeração que eles ocasionam dá margem à venda de maconha e similares, assim como de outras mercadorias ilegais. Sem falar nos churrasquinhos, doces e comidas variadas, geralmente em péssimas condições de conservação e higiene, o que já acarreta problemas de ordem de saúde. É uma situação que gera muitas questões, que acabam centralizando na condição do vendedor ambulante".



Os produtos industrializados, cada vez mais, estão entre as mercadorias vendidas.

mas condições de conservação e higiene, o que já acarreta problemas de ordem de saúde. É uma situação que gera muitas questões, que acabam centralizando na condição do vendedor ambulante".

Afora a incumbência de limpar a cidade, é de responsabilidade da Secretaria de Finanças também a fiscalização sobre o trânsito de toda mercadoria que tenha entrada ou saída no Distrito Federal. "E isto já é uma tarefa bastante difícil", afirma Fábio Alves.

Os comerciantes, por sua vez, reclamam radicalmente contra a presença dos ambulantes junto às lojas. O Conjunto Nacional, talvez o mais atingido, tem, na sua Associação dos Lojistas, uma posição radical, totalmente contrária à situação e localização irregular dos vendedores ambulantes.

ASPECTO HORRÍVEL

Humberto Amorim, primeiro vice-presidente da Associação dos Lojistas, diz que, "além de ser um comércio ilegal e dar um aspecto horrível à cidade, os vendedores ambulantes não contribuem de nenhuma forma para a nação. Esta situação não gera emprego nem riquezas para o Estado, pois eles não pagam impostos e isto vai de encontro aos nossos interesses como comerciantes".

Quanto à localização, Humberto sugere que eles sejam fixados onde não exista um comércio de atacado nem um

comércio especializado, pois só assim eles poderiam ser úteis à comunidade.

Carlos Elias Bichara, também vice-presidente da Associação, reforça o que disse Humberto Amorim, alertando mais para o aspecto de feira livre que tomou a plataforma superior da Rodoviária. "A Secretaria de Finanças não toma providência e eles estão aí. Não pagam impostos, luz, condomínio nem aluguel e vendem, às vezes, mais que uma loja. Com a presença deles o passeio fica cheio de cascas de frutas, montes de roupas, fumaça de churrascos e gritarias, formando um cartão de visitas muito chato para o turista".

CLASSIFICAÇÃO

Mesmo sendo ilegal, a proliferação dos vendedores ambulantes permite especializações profissionais dentro do ramo, que possibilita a classificação de duas categorias distintas: os mercadores de rua e os prestadores de serviços.

Os primeiros podem ser subdivididos em seis grupos: os que vendem produtos naturais, como frutas, legumes, flores etc.; os vendedores de alimentos e bebidas de fabricação caseira ou industrial; os que oferecem mercadorias gerais industrializadas; os artesãos e os vendedores de carnes, loterias, jornais e revistas. Destes, os que mais sofrem com a fiscalização da Secretaria de Finanças e com o ataque dos comerciantes são os que vendem produtos industrializados em geral. Vendem roupas, calçados, bolsas e objetos variados, geralmente adquiridos

diretamente das fábricas. São os chamados camelôs.

SÓ NA TORRE

Os artesãos são os mais privilegiados dos vendedores, pois têm permissão para vender seus produtos no ponto fixado pela Secretaria de Finanças, a Torre de Televisão, além de outros pelas Cidades Satélites. Mesmo assim, muitos deles preferem arriscar durante a semana e vendem seus produtos em locais movimentados do Plano Piloto.

Sobre o segundo grupo, os prestadores de serviços, Fábio Alves afirma que a Secretaria não mantém uma fiscalização rígida. Além de ser difícil controlar o número de costureiras, manicures, passeadeiras, bombeiros, eletricitas, babás, e uma infinidade de profissionais que oferecem seus serviços pela cidade, Fábio acha que é de interesse deles regularizar a profissão de acordo com as leis trabalhistas e previdenciárias, pois terão todas as garantias e os direitos de um trabalhador comum.

"Não é contra estes que empenhamos nossa maior luta diz Fábio Alves, "pois tem um outro tipo de vendedor que está assustando a nós e aos comerciantes da cidade. São as "madames camelôs", que vendem mercadorias caras e em grande quantidade, dentro de apartamentos. Existem verdadeiras boutiques disfarçadas, escondidas em muitos lugares de Brasília, mas só conseguimos tomar conhecimento delas através de denúncias. Como não podemos interferir

SOLUÇÃO PARA A FOME

diretamente no local, necessitamos de mandato judicial ou policial e assim já conseguimos apreender muitos produtos, geralmente jóias, confecções, calçados e bijuterias. Isto nos preocupa, pois pela quantidade e qualidade, a venda destes artigos lesa realmente o fisco do país."

OS NÚMEROS

Várias pesquisas já foram realizadas, envolvendo o trabalhador ambulante. Todas visam um resultado objetivo, através da regularização da profissão ou do emprego desta mão-de-obra em funções específicas e determinadas, mas parece que a grande maioria deles prefere conti-

nuar na situação de ambulante a passar para uma atividade fixa, com carteira assinada. A baixa qualificação profissional destes vendedores não possibilita um emprego rentável, pelo menos que seja de salário superior ao que eles arrecadam nas ruas.

Em agosto do ano passado, foi realizado um trabalho junto à Administração Regional de Taguatinga, visando um levantamento do número de vendedores ambulantes desta cidade, para encaminhá-los a uma atividade fixa. Foram cadastrados 253 ambulantes, dos quais a maior parte é composta por aposentados e ex-agricultores, vendendo principalmente produtos industrializados, para susten-

tar uma média de cinco dependentes. Sessenta e um deles são oriundos do Estado de Goiás, seguindo-se 41 de Minas Gerais e 36 da Paraíba.

O objetivo de colocá-los no mercado de trabalho, através de uma espécie de serviço de agência de empregos, não surtiu efeito, pois, como a maioria, estes também preferem continuar na situação de vendedor ambulante. Este fato tem dificultado a ação governamental, na tentativa de solucionar o problema da melhor forma possível, para todas as partes interessadas. Deduz-se então que, enquanto não aumentar a renda per capita brasileira, os ambulantes continuarão existindo. Além deste problema, Fábio

Alves coloca outro, relativo à localização das vendas.

— Não adianta a Secretaria especificar locais, fixar pontos de vendas e determinar que só aí eles devem ficar. Os ambulantes preferem armar suas barracas e estender suas toalhas nos lugares que têm mais gente passando. Em nenhuma cidade eles têm pontos fixos de venda. Aqui no DF nós ainda conseguimos fixá-los em três feiras livres, no Guarã, Ceilândia e Brasília, mas no Plano Piloto não adianta. A tendência é a aglomeração em lugares como o Conjunto Nacional, Conic, Setor Comercial Sul e W/3, diz Fábio Alves.

MARBA FURTADO

ASSOCIAÇÃO TENTA REUNIR OS AMBULANTES

Em agosto de 1979 foi fundada na CNB 12, lote 10 de Taguatinga, a Associação dos Ambulantes do Brasil. Visando a legalização da profissão e a liberação de pontos de venda, esta entidade pretende amparar o grande número de vendedores que se espalham pelo Distrito Federal.

Segundo seu primeiro tesoureiro Antônio Manuel dos Santos, a Associação já está registrada em cartório, conta com mais de 400 sócios e só espera agora ser reconhecida pela Secretaria de Finanças do DF.

"O reconhecimento de nossa entidade será muito importante para nós, pois não temos nenhum amparo legal, a não ser uma lei, assinada por Geisel em novembro de 1978, que permite nossa contribuição na Previdência Social. Isto porém, não nos ajuda em nada. A porcentagem de desconto é muito grande e o dinheiro que ganhamos tem que cobrir muitas outras despesas, portanto, não poderemos nunca usufruir dos benefícios do INPS", diz Antônio dos Santos.

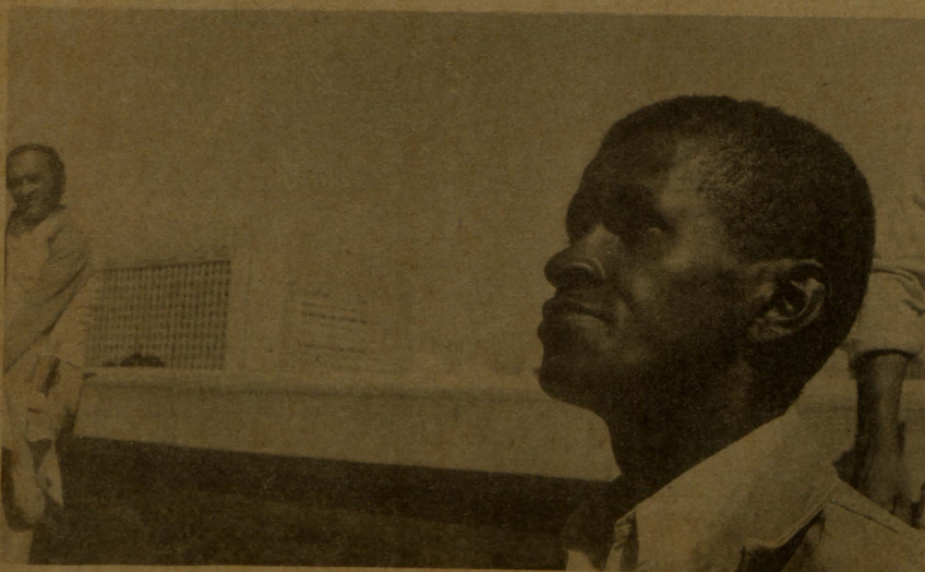
A maior preocupação deles,

agora, é conseguir a legalização da profissão de ambulante, só assim ficarão pelas ruas mais à vontade, segundo Antônio. Isto acabaria, inclusive, com a presença do "rapa", que para os vendedores é uma figura violenta e repressora.

— O rapa vem com a maior agressão para cima da gente. Parece até que estamos no tempo da escravidão. O governo devia ver isto, já que está tão empenhado em acabar com a violência, lançando campanhas e mais

campanhas. Isto que acontece com a gente é realmente um ato violento, principalmente porque é dirigido contra a pobreza e é justamente esta classe que o governo deveria apoiar, afirma Antônio Manuel.

Mas o primeiro tesoureiro da Associação dos Ambulantes do Brasil tem ainda uma esperança. Ele acha que o Presidente Figueiredo não tomou conhecimento destes atos de violência e acredita que ele tomará as devidas providências a favor dos vendedores.



Através da Associação, Antônio dos Santos espera uma solução para a classe.

Ex-ministro quer mudar lei de preservação de alimentos

O ex-ministro da Saúde Almeida Machado, ao tomar conhecimento de duas notícias sobre o problema da preservação dos alimentos, declarou que a legislação brasileira sobre condições sanitárias dos alimentos ainda é "nebulosa", tornando-se necessário reformulá-la a curto prazo.

A primeira notícia denunciava e apresentava provas de que um produto industrializado de amplo consumo, salsichas, estava contaminado por bactérias patogênicas. A segunda falava da presença no leite de vaca de bactérias que transmitem a febre aftosa.

Esse problema da preservação dos alimentos está relacionado com a fiscalização dos alimentos. O ex-ministro reconheceu que ela "ainda engatinha em nosso país", embora o nível técnico dos laboratórios bromatológicos brasileiros possa ser comparado ao dos países desenvolvidos, seu número ainda é bastante reduzido.

Segundo alguns especialistas em alimentação — como o presidente da Comissão Brasileira de Normas e Alimentos, Válder Silva — a legislação oferece meios suficientes ao consumidor para que este acione judicialmente os responsáveis pela produção e comercialização de alimentos contaminados ou que não apresentem condições adequadas para o consumo. Em sua opinião, "a lei é completa e bem clara, embora não se possa dizer o mesmo da fiscalização do seu cumprimento".

A fiscalização federal que deveria cuidar somente dos gêneros e produtos alimentícios em trânsito interestadual ou internacional atua também em nível estadual e municipal, por falta de aparelhamento e recursos humanos dos órgãos de saúde estaduais e municipais.

A fim de solucionar o problema, o Ministério da Saúde pretende implantar uma rede nacional de laboratórios bromatológicos, diante da impossibilidade de se instalar um setor de qualidade em cada indústria alimentícia. No caso do Ministério da Agricultura, isso não seria necessário, pois a fiscalização é realizada nos próprios matadouros frigoríficos, fábricas de laticínios e entrepostos de produtos agropecuários.

Na opinião de muitos técnicos, entretanto, o governo deveria transferir para as indústrias alimentícias a responsabilidade integral pela qualidade de seus produtos.

Diante da impossibilidade de se fazer a coleta e a análise de amostras de todos os gêneros e produtos alimentícios consumidos pela população, os técnicos responsáveis por sua fiscalização acredi-

tam que a única maneira eficaz de proteger a saúde do consumidor seria a elaboração e aplicação imediata de uma rigorosa legislação sobre os padrões de qualidade dos alimentos em geral, a exemplo do que vem sendo feito pelo Ministério da Saúde, com relação aos alimentos infantis.

Esse trabalho de regulamentação que deve ser respeitado pelas indústrias é pioneiro no Brasil e foi executado por técnicos do Serviço Nacional de Medicina e Farmácia da Universidade de São Paulo, do Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL), de Campinas e vários elementos do próprio Ministério da Saúde.

Um alimento pode ficar contaminado tanto no processamento industrial, como na distribuição. Geralmente, por uma manipulação descuidada. Encontrando condições favoráveis, um número inofensivo de bactérias pode multiplicar-se até atingir um nível capaz de causar a morte.

A Comissão Parlamentar de Inquérito para a Defesa do Consumidor da Câmara Federal tem recebido muitas denúncias relacionadas ao problema da contaminação de alimentos: vasilhames para o armazenamento de leite que contêm até 60% de chumbo, quando o percentual máximo admissível de 2%; utilização de produtos químicos para acelerar o processo de amadurecimento de frutas, sobretudo o abacaxi; transporte de leite fresco em caminhões tanque também utilizados para transportar gasolina, uso indiscriminado de um tipo de desfolhante que, ao impregnar o capim produz uma toxina responsável pela contaminação da carne bovina; confecção de embalagens para gêneros alimentícios com produtos à base de PVC, material que pode provocar câncer. Essas denúncias, aliadas aos resultados de várias pesquisas realizadas por laboratórios bromatológicos como o Instituto Adolfo Lutz, de São Paulo, têm confirmado uma suspeita que aumenta dia a dia em todo o país: a de que nós não podemos confiar na qualidade de muitos dos alimentos que consumimos, mesmo os mais fundamentais como o leite.

A contaminação do leite e a proliferação de bactérias pode ser evitada por meio de uma rigorosa fiscalização sobre as diferentes etapas de produção, beneficiamento e distribuição. Nas duas primeiras fases, que são a sua saída das usinas — essa tarefa cabe ao Departamento de Inspeção dos Produtos de Origem Animal — DIPOA, órgão do Ministério da Agricultura. Segundo seus técnicos, só um controle permanente pode evitar ou pelo menos reduzir a contaminação

por se tratar de um alimento altamente perecível.

A fim de garantir a boa qualidade do leite, o DIPOA estabeleceu normas higiênicas, sanitárias e tecnológicas que regulamentam seu processo de tratamento, desde a sua seleção, quando é recebido do produtor, até o acondicionamento, quando é embalado para a distribuição, o que compreende várias operações: filtração, pré-aquecimento, pasteurização, refrigeração, lavagem e desinfecção dos equipamentos industriais. Caso não cumpram as determinações estabelecidas por essas normas, as fábricas de laticínios estão sujeitas a punições que podem variar da apreensão do produto até a cassação do registro da empresa.

Os especialistas em alimentação aconselham que se ferva o leite devido ao alto índice de contaminação que apresenta normalmente. Mas essa precaução, além de reduzir o valor nutritivo do produto, serve apenas para diminuir a quantidade de bactérias e não para eliminá-las por completo evitando a contaminação.

OS ELEMENTOS DA CONTAMINAÇÃO

Os problemas de contaminação que ocorrem com o leite e os produtos dele derivados se repetem também com as carnes, frutas, legumes, conservas, doces e outros alimentos.

Os tipos mais comuns de contaminação de alimentos são os provocados por fungos, bactérias, havendo maior perigo quando se trata de produtos de origem animal. Além dos laticínios, uma das únicas áreas em que existe uma fiscalização mais rigorosa e eficiente das condições sanitárias dos gêneros e produtos alimentícios é o setor de carnes, pescado e produtos derivados — não apenas por serem alimentos altamente perecíveis, mas também devido às exigências do mercado externo. Esse controle também é feito pelo DIPOA. Esse departamento de inspeção fiscaliza diretamente os alimentos destinados à exportação e 85% do pescado posto à venda no Brasil. Esse controle, entretanto, limita-se aos entrepostos e terminais pesqueiros. Depois que deixam esses locais, os produtos ficam novamente sujeitos a contaminação em virtude de vários fatores, principalmente a precariedade dos sistemas de armazenamento, transporte e comercialização. Nessas etapas, porém, não são submetidos a uma fiscalização rigorosa.

ANA LÚCIA MATTÁ DE ALMEIDA

CAMPUS

JORNAL-LABORATÓRIO

UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA (UnB)
DEPARTAMENTO
DE COMUNICAÇÃO N.º 24

JULHO 1980

Publicação mensal do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). Edição e Programação Visual a cargo das disciplinas "Técnicas de Jornal e Periódico I", "Edição Jornalística" e "Paginação de Comunicação", Universidade de Brasília (UnB), Campus Universitário, Asa Norte, 70.000, Brasília, DF.

Diagramação:
Jeannette W. R. da Cunha — Pág. 1
Maria Inez Vaz Dias — Pág. 2
Christiane Samasco — Pág. 3
Stenio Altoe da Silva — Págs. 4/5
Zacharias Bezerra de Oliveira — Págs. 6/7
Patrícia Ramos da França — Pág. 8